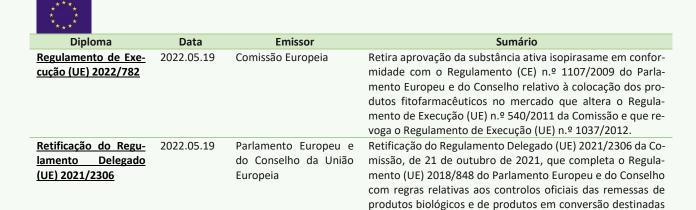


Folha Informativa SRADR 2022-05-19

a importação para a União e ao certificado de inspeção.

LEGISLAÇÃO DIÁRIA



OUTROS ASSUNTOS



Região Autónoma dos Açores

Notícias



Governo dos Açores prossegue diálogo e parceria com Comissão Europeia sobre desafios para a região

O Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, António Ventura, e o Diretor Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa, Carlos Amaral, reuniram-se com a Comissária Europeia para a Coesão e Reformas, Elisa Ferreira, encontro que se realizou à margem da Conferência Ministerial, organizada pela Presidência francesa da União Europeia, dedicada às Regiões Ultraperiféricas (RUP).

Esta foi uma ocasião que se revestiu de um particular significado pois consagrou a continuidade de um compromisso de diálogo e parceria, ao mais alto nível entre a Comissão Europeia e as Regiões Ultraperiféricas.

Durante o encontro, António Ventura, em representação do Presidente do Governo, abordou as principais prioridades e desafios de desenvolvimento da região à luz da recente e renovada estratégia da Comissão para as regiões ultraperiféricas da União Europeia, com vista a uma sensibilização da realidade açoriana e daquilo que os Açores pretendem e como desejam desenvolver-se, integrados numa lógica de desenvolvimento comunitário, de grande coesão e de convergência com o todo

A este propósito, foram sublinhadas quatro prioridades chave: os açorianos, nomeadamente o cuidado e a capacitação do povo da região: os Açores, a terra, as próprias ilhas; o mar e o espaço aéreo, a integração dos Açores nas comunidades de que são parte, nomeadamente a acessibilidade, os transportes e as comunicações; e a construção, nos Açores, de uma comunidade sustentável e moderna de cidadãos europeus.

O Secretário Regional salientou "os avanços e compromissos da Comissão Europeia de alcance diferente" para tentar responder às especificidades das RUP, e saudou o reconhecimento que a Comissão Europeia faz da "importância que os Açores, em específico, e as RUP, no geral, trazem à Europa e o papel que podem desempenhar".



Folha Informativa SRADR 2022-05-19

Lamentando, contudo, que muitas das políticas sectoriais essenciais ao desenvolvimento da região tenham sido omitidas e que outras sejam insuficientemente tratadas, António Ventura considerou que "é impossível promover a igualdade, a inclusão e o desenvolvimento regional, sem apostar numa estratégia para reduzir o distanciamento e isolamento das RUP", que passa necessariamente por medidas para compensar o défice de acessibilidade, de modo a desenvolver as RUP e dar uma maior dimensão à sua economia, aos problemas estruturais permanentes da ultraperiferia, e para a "recuperação de um sector estratégico para a região, como é o turismo".

Salientando que o setor primário comporta uma expressão económica, social e territorial de grande relevância para a coesão regional, António Ventura frisou ainda "a importância de um reforço do orçamento do POSEI", bem como de uma "flexibilidade e descentralização adequadas de procedimentos, no que respeita à aplicação dos Planos Estratégicos nas RUP, no que respeita ao FEADER".

O governante aproveitou a ocasião para lamentar "a diminuição da taxa de cofinanciamento para as RUP", que, independentemente dos seus efeitos práticos, nalgumas RUP, "foi um sinal político negativo e dificilmente compreensível para o setor da Agricultura e do Desenvolvimento Rural das RUP".

O titular da pasta da Agricultura e Desenvolvimento Rural, transmitiu, ainda, à Comissária Elisa Ferreira a "sua preocupação relativamente a um reforço efetivo", por parte da Comissão, "da promoção da competitividade, bem como da necessária avaliação prévia do impacto das políticas da UE e da proteção dos rendimentos dos produtores".

Fonte - Governo dos Açores prossegue diálogo e parceria com Comissão Europeia sobre desafios para a região - Comunicação - Portal (azores.gov.pt)



Boletim Trimestral - 1º trimestres de 2022

O Servico Regional de Estatística dos Acores lançou o Boletim Trimestral – 1º Trimestre de 2022. Pode consultar o boletim em: Boletim Trimestral - 1º Trimestre de 2022.

Fonte - SREA (azores.gov.pt)



República Portuguesa

Notícias



Certificação TRACES – Assinatura Eletrónica

A certificação sanitária no sistema TRACES para os movimentos intra-União de animais vivos, certos produtos de origem animal e subprodutos animais, foi atualizada e visa desmaterializar todo o processo de certificação.

Importa assim divulgar e esclarecer que as assinaturas eletrónicas aplicadas nos certificados PDF emitidos neste sistema devem ser aceites uma vez que fornecem as mesmas garantias que os certificados originais em papel, com assinatura manuscrita e carimbo sendo consideradas, dentro da União, como equivalentes digitais das assinaturas em papel de pessoas jurídicas.

Os referidos certificados em PDF, assinados eletronicamente, podem ser descarregados do sistema TRACES pelos operadores e transportadores envolvidos nos movimentos e enviados por e-mail para o motorista respetivo, sendo este último responsável por apresentá-los a pedido de qualquer autoridade de controlo, utilizando qualquer dispositivo móvel, sem que seja necessária ligação ao sistema TRACES.

Para mais informação consulte também o Portal da Comissão Europeia em: https://ec.europa.eu/food/animals/traces en

Fonte - Certificação TRACES - Assinatura Eletrónica - DGAV



Folha Informativa SRADR 2022-05-19



Curso de Inspeção no âmbito da Produção, Controlo e Certificação de Materiais Vitícolas 2022

A Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) vai realizar o "Curso de Inspeção no âmbito da Produção, Controlo e Certificação de Materiais Vitícolas", a decorrer de 30 de maio a 14 de outubro de 2022 (150 horas em 3 módulos distintos), em parceria com DRAP's, INIAV e VITICERT.

O "Curso de Inspeção no âmbito da Produção, Controlo e Certificação de Materiais Vitícolas" terá lugar numa primeira etapa, no INIAV - Estação Vitivinícola Nacional - Dois Portos, entre os dias 30 de maio e 9 de junho e posteriormente, na Tapada da Ajuda, entre 11 e 14 de outubro 2022. Entre estes 2 módulos haverá um módulo prático de inspeção às culturas produtoras de material vitícola, que será administrado por inspetores seniores nas regiões do país com maior produção de materiais vitícolas.

Esta ação de formação destina-se a técnicos das Direções Regionais de Agricultura e Pescas e de Associações de Viticultores e de viveiristas, com formação de nível 6 na área agrícola e com mais de 3 anos de experiência em viticultura.

Este curso visa dotar os participantes de competências teóricas e práticas necessárias ao desempenho das funções de inspeção no âmbito do processo de certificação dos materiais de multiplicação vegetativa de videira. Para mais informações consulte aqui o programa.

O custo da ação para os formandos que trabalhem em organizações do sector vitícola é de 125€, conforme o Despacho n.º 12214/2013, de 25 de setembro.

As inscrições deverão ser remetidas para formação.especializada@dgav.pt até ao dia 23 de maio de 2022.

Fonte - Curso de Inspeção no âmbito da Produção, Controlo e Certificação de Materiais Vitícolas 2022 – DGAV



União Europeia



Opinião dos Cidadãos e Empresas sobre as Políticas da UE



Está a decorrer o período para a apresentação de comentários relativamente aos seguintes PROJETOS DE ATO:

Título: Medidas relacionadas com a contenção da praga vegetal Grapevine flavescence dorée phytoplasma Sumário: O Regulamento de Execução (UE) 2019/20722 da Comissão estabelece, na Parte B do Anexo II, a lista de pragas de quarentena da União conhecidas por ocorrerem no território da União. A Grapevine flavescence dorée phytoplasma da videira («praga especificada») está incluída nessa lista, como se sabe que ocorre em certas partes do território da União, tendo um impacto significativo no cultivo de plantas de Vitis L. («plantas especificadas»), o principal hospedeiro dessa praga. Scaphoideus titanus Ball ("o vetor especificado") foi identificado como um eficiente vetor da praga especificada. Este vetor desempenha um papel importante no estabelecimento e disseminação adicional de Grapevine flavescence dorée phytoplasma no território da União, portanto, devem ser estabelecidas medidas para sua identificação e controlo.

Esta proposta de regulamento visa estabelecer medidas para a contenção de Grapevine flavescence dorée fitoplasma dentro das áreas demarcadas onde a sua erradicação não é possível.

Período de comentários: 18 de maio de 2022 até 15 de junho

Link: Measures related to the containment of the plant pest Grapevine flavescence dorée phytoplasma (europa.eu)

ATENÇÃO: O PERÍODO PARA APRESENTAÇÃO DE COMENTÁRIOS TERMINA NO PRÓXIMO DIA 20 DE MAIO

Título: Saúde animal — locais onde gado (animais terrestres) são mantidos (regras adicionais) Sumário: As regras relativas ao registo e aprovação de estabelecimentos que detêm «animais terrestres» (isto é, gado) são estabelecidas na parte IV da Lei da Saúde Animal, com o objetivo de proteger a saúde e o bem-estar dos animais.



Folha Informativa SRADR 2022-05-19



Opinião dos Cidadãos e Empresas sobre as Políticas da UE

Esta iniciativa complementa essas regras, com especial incidência nos tipos de estabelecimentos, de transportadores e de operadores comerciais que podem ser isentados do cumprimento dos requisitos nacionais em matéria de registo. Período de comentários: 22 de abril de 2022 até 20 de maio de 2022

Link: Saúde animal — locais onde gado (animais terrestres) são mantidos (regras adicionais) (europa.eu)



Outras Notícias da Comissão Europeia



A Comissão autoriza duas culturas geneticamente modificadas

Hoje, a Comissão autorizou duas culturas geneticamente modificadas (1 milho e 1 soja) para alimentação humana e animal. A decisão de autorização da Comissão não permite o seu cultivo na UE, apenas para a sua utilização como alimento e ração animal. Esses OGM passaram por um procedimento de autorização abrangente e rigoroso, que garante um alto nível de proteção da saúde humana e animal e do meio ambiente. A Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (EFSA) emitiu uma avaliação científica favorável concluindo que estes OGM são tão seguros quanto os seus homólogos convencionais. Os Estados-Membros não obtiveram maioria qualificada a favor ou contra as autorizações no Comité Permanente e no Comité de Recurso subsequente. As autorizações são válidas por 10 anos, e qualquer produto produzido a partir desses OGMs estará sujeito às rígidas regras de rotulagem e rastreabilidade da UE. Para mais informações sobre OGMs na UE, veja aqui.

Fonte - Daily News 19 / 05 / 2022 (europa.eu)



Setor agrícola cauteloso sobre usar fundos da PAC para reduzir as importações de energia da Rússia

A comunidade agrícola da Europa deu uma receção cautelosa à possibilidade, sugerida pela Comissão Europeia, de transferir até 7,5 biliões de euros dos subsídios agrícolas da UE para as medidas de apoio destinadas a superar a dependência dos combustíveis fósseis russos.

Na quarta-feira (18 de maio), a Comissão apresentou o novo plano de 300 bilhões de euros, apelidado de REPowerEU, para aumentar a economia de energia, aumentar as energias renováveis e diversificar o abastecimento europeu de petróleo e gás, numa tentativa de eliminar as importações de energia russas até 2027.

Entre os investimentos adicionais, o REPowerEU apresenta a possibilidade de os estados membros transferirem voluntariamente uma quantia considerável de dinheiro de alguns fundos da UE, como a Política de Coesão e a Política Agrícola Comum (PAC), para o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (RRF).

No entanto, esta flexibilidade na utilização dos fundos da PAC não foi bem-recebida pelos agricultores.

"O uso de fundos dos planos estratégicos nacionais da PAC só pode ser aceitável se os investimentos do REPowerEU forem iniciados pela comunidade agrícola", disse uma carta, vista pelo EURACTIV, da COPA-COGECA enviado à presidente da Comissão Ursula von der Leyen em 12 maio.

A comunicação da Comissão sobre o assunto afirma que "a entrega de parte do financiamento da Política Agrícola Comum no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência acelera a implementação de projetos relevantes, permitindo que os agricultores recebam o apoio financeiro necessário para reduzir o uso de fertilizantes sintéticos e aumentar a produção de biometano sustentável ou energia renovável".

Em particular, até 7,5 biliões de euros podem ser realocados do segundo pilar da PAC, o fundo de desenvolvimento rural, para o RFF, o principal instrumento financeiro do NextGenerationEU, que é o instrumento temporário destinado a impulsionar a recuperação do bloco da pandemia de COVID-19.

A COPA-COGECA insistiu que o redireccionamento do dinheiro do desenvolvimento rural para um foco diferente só deve ser possível se a comunidade agrícola iniciar os investimentos REPowerEU.

Na sua carta, os presidentes da COPA-COGECA enfatizaram a necessidade de abordar adequadamente a contribuição da agricultura e silvicultura europeias no plano de ação REPowerEU quando se trata de reduzir as dependências de energia, fertilizantes e subprodutos ricos em proteínas da UE, em parte por envolver a agricultura europeia na transição zero carbono.



Folha Informativa SRADR 2022-05-19



Outras Notícias da Comissão Europeia

Plano de ação do biometano divide

O plano também menciona o recém-revelado Plano de Ação de Biometano, que dobrou a meta da UE para a produção de biometano para 35 biliões de metros cúbicos por ano até 2030.

De acordo com o plano de ação do Biometano, os planos estratégicos nacionais de PAC dos estados membros devem ser instrumentalizados para "canalizar o financiamento para o biometano produzido a partir de fontes sustentáveis de biomassa". Isso inclui, em particular, resíduos e resíduos agrícolas, a comunicação específica.

O deputado de centro-direita irlandês Colm Markey disse ao EURACTIV que os legisladores ficaram perplexos com a ideia de disponibilizar fundos para aumentar a produção de biometano, já que o mundo está à beira de uma crise de segurança ali-

"A produção de alimentos deve ser a principal prioridade para os nossos agricultores, seguida de ração e bioenergia", disse, acrescentando que existem muitos outros esquemas que podem ser usados para gerar o financiamento necessário.

"Também precisamos urgentemente de uma estratégia de uso da terra que priorize a produção de alimentos juntamente com uma estratégia abrangente de proteínas à luz da guerra na Ucrânia", continuou Markey.

Da mesma forma, o eurodeputado italiano Herbert Dorfmann – que é o porta-voz agrícola do maior grupo político do Parlamento Europeu, o Partido Popular Europeu (PPE) – discordou da ideia de usar os subsídios agrícolas para um fundo que foge completamente ao controle do plano de desenvolvimento rural sem qualquer investimento para projetos agrícolas.

"Incentivar ainda mais o uso de alimentos para biogás neste momento parece simplesmente imoral", acrescentou.

No entanto, o setor de biogás e biometano saudou o pacote da Comissão, vendo a aliança industrial proposta no contexto do REPowerEU como um instrumento essencial para orientar a cooperação entre formuladores de políticas, investidores e a cadeia de valor do biometano para impulsionar a inovação tecnológica.

"Os 37 biliões de euros adicionais de investimentos direcionados propostos pela Comissão podem apoiar o desenvolvimento de nova capacidade e infraestrutura para acomodar o biometano na rede de gás e criar comunidades de energia", explicou Harmen Dekker, CEO da Associação Europeia de Biogás (EBA), numa nota.

Fonte - Farming sector cautious about using CAP funds to drop Russian energy imports – EURACTIV.com



Notícias do Parlamento Europeu



- Deputados aprovam suspensão de tarifas da UE sobre todas as exportações ucranianas
 - As medidas abrangem produtos industriais, frutas e legumes, aço;
 - Suspensão válida por um ano;
 - A UE é o parceiro comercial mais importante da Ucrânia.

Na quinta-feira, o Parlamento apoiou a suspensão de um ano dos direitos de importação da UE sobre todas as exportações ucranianas, para apoiar a economia do país.

Esta liberalização comercial temporária, aprovada por 515 votos, 32 contra e 11 abstenções, é uma resposta ao impacto da guerra da Rússia contra a Ucrânia, que está a prejudicar a capacidade comercial do país. As medidas foram agilizadas para possibilitar a adoção de hoje em plenário. Removerão totalmente os direitos de importação sobre produtos industriais, direitos de entrada sobre frutas e legumes, bem como direitos antidumping e medidas de salvaguarda sobre as importações de aço por um período de um ano.

Citação

"Diante da agressão russa, a Ucrânia está a lutar não apenas pela sua própria liberdade e segurança, mas por toda a Europa. Portanto, devemos apoiar a Ucrânia em todos os níveis com todas as ferramentas à nossa disposição: não apenas com armas



Folha Informativa SRADR

2022-05-19



Notícias do Parlamento Europeu

e sanções, mas também com o nosso poder comercial. Dar à Ucrânia o apoio necessário para se defender não termina no campo de batalha; inclui garantir que a economia da Ucrânia permaneça resiliente e competitiva.

"Hoje, devemos mostrar que nosso apoio à Ucrânia é absoluto, inabalável e irreversível, implementando essas medidas de liberalização comercial sem precedentes. Slava Ukraini!", disse a relatora permanente para a Ucrânia Sandra Kalniete (PPE, LV).

✓ Contexto

As relações entre a UE e a Ucrânia são reguladas por um Acordo de Associação. A zona de comércio livre profunda e abrangente abrangida pelo acordo assegura o acesso preferencial ao mercado da UE para as empresas ucranianas desde 2016. A UE é o parceiro comercial mais importante da Ucrânia, representando mais de 40% do comércio total de mercadorias em 2021. Em contrapartida, a Ucrânia tem sido o 15.º maior parceiro comercial da UE, representando cerca de 1,2% do comércio global da UE.

✓ Próximos passos

A medida será aplicada no dia seguinte ao da sua publicação no Jornal Oficial da UE.

Fonte - MEPs approve suspension of EU duties on all Ukrainian exports | News | European Parliament (europa.eu)

**

Guerra na Ucrânia: deputados da agricultura pedem derrogações da PAC

Para preservar a segurança alimentar à luz da guerra na Ucrânia, a Comissão deve examinar possíveis derrogações temporárias à Política Agrícola Comum.

Numa carta dirigida na quarta-feira, 18 de maio, ao Comissário responsável pela Agricultura Janusz Wojciechowski, o Presidente da Comissão da Agricultura do PE, Norbert Lins (PPE, DE) e a maioria dos grupos políticos da comissão, exortam a Comissão Europeia a avaliar a possibilidade de derrogações da Política Agrícola Comum (PAC) à luz da guerra da Rússia contra a Ucrânia.

As derrogações, que deverão ser adotadas por um período de tempo limitado, "podem ser uma forma de contrariar a escassez global de abastecimento alimentar e de contribuir para a segurança alimentar", lê-se na carta.

A Comissão deve, pois, avaliar, "como primeiro passo e tendo em conta a situação atual", a possibilidade de derrogações ou "outras medidas para o efeito", incluindo no quadro do artigo 148.º do chamado Regulamento Planos Estratégicos, a Presidente do Comité da Agricultura sugere.

O artigo 148.º do Regulamento dos Planos Estratégicos define que "para resolver problemas específicos, a Comissão adota atos de execução que sejam necessários e justificáveis em caso de emergência". Estes atos de execução podem derrogar as disposições do Regulamento dos Planos Estratégicos "na medida e durante o período estritamente necessário".

Lins conclui salientando que "o Parlamento Europeu, como colegislador, tem de estar envolvido em todas as discussões em curso entre o Conselho Europeu e a Comissão Europeia a este respeito".

✓ Contexto

A carta refere-se a uma reunião dos ministros da agricultura do G7 a 13 e 14 de maio, durante a qual foram discutidas derrogações à PAC à margem.

O Comitê de Agricultura debateu o impacto da guerra na Ucrânia na segurança alimentar e nos mercados de alimentos em várias ocasiões desde o início da guerra. Você pode rever as duas últimas trocas com a Comissão aqui e com o economistachefe da FAO, Máximo Torero, e membros do Parlamento ucraniano aqui.

Em 24 de março, o Parlamento Europeu adotou uma resolução sobre a necessidade de um plano de ação urgente da UE para garantir a segurança alimentar dentro e fora da UE após a invasão russa da Ucrânia, onde os eurodeputados apelaram à possibilidade de usar terras em pousio para a produção de proteaginosas em 2022 e por permitir, durante este ano, "considerar flexibilidades temporárias e de curto prazo com condicionalidades e derrogações".



Folha Informativa SRADR 2022-05-19



Fonte - War in Ukraine: Agriculture MEPs ask for CAP derogations | News | European Parliament (europa.eu)